

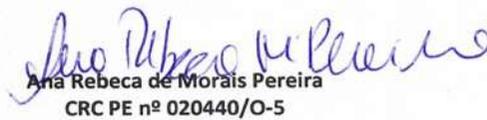
INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
 CNPJ: 10.072.296/0001-00
 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

	2018	2017
Circulante	36.175.954	31.660.826
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3b)	8.093.747	9.043.506
Caixa	28.091	28.880
Banco C/Movimento - Recursos Sem Restrição	49.865	75.853
Banco C/Movimento - Recursos com Restrição	3.315	227
Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição (Nota 3c)	3.072.403	7.515.838
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição (Nota 3d)	4.940.072	1.422.708
Créditos a Receber	26.366.987	21.169.828
Atendimentos Realizados (Nota 3e e 4)	23.994.693	18.187.209
Adiantamentos a Empregados	180.957	511.376
Adiantamentos a Fornecedores (Nota 5)	1.279.161	1.371.347
Tributos a Recuperar	268.358	264.939
Outras Contas a Receber (Nota 3f)	643.819	834.957
Estoques	1.715.220	1.447.493
Almoxarifado/Material de Expediente (Nota 3h)	1.715.220	1.447.493
Não Circulante	34.205.500	31.053.932
Realizável a Longo Prazo	23.960.822	20.574.580
Depósito Judicial	556.580	568.613
Créditos a Receber de Terceiros (Nota 3g e 6)	13.747.140	14.643.215
Empréstimos entre unidades	7.921.509	33.037
Outras Contas a Receber (Nota 7)	1.735.593	5.329.715
Imobilizado (Nota 3i e 8)	10.150.669	10.447.129
Bens sem Restrição	18.363.452	17.550.628
Bens com Restrição	3.845.342	3.556.595
(-) Depreciação Acumulada	(12.058.126)	(10.660.094)
Intangível (Nota 3j)	94.010	32.223
Direitos de Uso de Softwares	243.981	177.033
(-) Amortização Acumulada	(149.971)	(144.810)
TOTAL DO ATIVO	70.381.455	62.714.758

Bezerros, 31 de Dezembro de 2018


 José Leônicio de Carvalho Neto
 Presidente


 Ana Rebeca de Morais Pereira
 CRC PE nº 020440/O-5

INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
CNPJ: 10.072.296/0001-00
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO

	2018	2017
Circulante (Nota 3l)	40.666.943	22.997.420
Fornecedores de bens e serviços (Nota 3l e 9)	9.669.711	6.549.080
Obrigações com Empregados (Nota 3m e 10)	11.175.597	8.666.395
Obrigações Tributárias (Nota 11)	2.159.907	1.778.929
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (Nota 3n e 13)	2.189.502	2.081.810
Convênios Ministério da Saúde (Nota 3o e 12)	5.888.352	2.790.263
Outras contas a Pagar (Nota 3p)	9.583.873	1.130.943
Não Circulante (Nota 3k)	12.443.503	21.878.513
Provisão p/ Contingências (Nota 3q e 15)	1.535.194	5.988.173
Subvenções a Apropriar (Nota 3r e 14)	2.848.664	3.097.737
Subvenções a Liberar (Nota 3r e 14)	1.190.605	4.790.605
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	6.867.001	8.000.000
Outros Convenios	2.039	1.998
Patrimônio Líquido (Nota 3s e 16)	17.271.009	17.838.825
Superávit ou Déficit Acumulado (Nota 3s e 16)	17.147.802	17.838.825
Ajuste de Avaliação Patrimonial	123.207	-
TOTAL	70.381.455	62.714.758

Bezerros, 31 de Dezembro de 2018

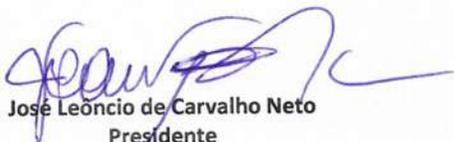

José Leônico de Carvalho Neto
Presidente

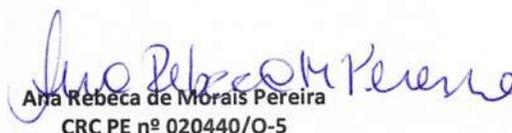

Ana Rebeca de Moraes Pereira
CRC PE nº 020440/O-5

INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
CNPJ: 10.072.296/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	135.985.822	113.169.566
Com Restrição		
Programa (Atividades) de Saúde (Nota 17)	23.854	23.854
Subvenções e Doações	1.011.815	99.499
Gratuidade	(47.866)	-
Inss Cota Patronal (Nota 29B)	16.893.997	11.701.759
Sem Restrição		
Programa (Atividades) de Saúde (Nota 18)	111.518.579	99.495.769
Programa (Atividades) de Educação (Nota 18)	880	12.720
Bolsas de Estudos (Nota 29A)	-	34.100
Receitas Administrativas	545.583	1.614.485
Rendimentos Financeiros	234.874	187.378
Outros Recursos Recebidos	5.804.106	-
 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Com Programas (Atividades)		
Saúde (Nota 19)	(67.464.071)	(57.443.261)
Educação (Nota 19)	(291.247)	(311.861)
 RESULTADO BRUTO	68.230.504	55.414.444
 DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	(62.389.624)	(59.260.819)
Salários	(10.577.281)	(14.873.855)
Encargos Sociais	(800.713)	(1.425.739)
Depreciação e Amortização	(1.592.414)	(1.689.330)
Despesas c/ Serviços de terceiros (Nota 20)	(16.093.432)	(13.427.753)
Alugueis	(3.298.670)	(985.296)
Provisões Trabalhistas e Processuais (Nota 21)	(10.452.649)	(13.649.346)
Despesas Financeiras	(2.680.468)	(1.473.640)
Bolsas de Estudos (Nota 29A)	-	(34.100)
Inss Cota Patronal - (Nota 29B)	(16.893.997)	(11.701.759)
 Outras despesas/receitas Operacionais (Nota 22)	 (6.242.596)	 (6.835.466)
 DÉFICIT DO EXERCÍCIO (Nota 3a)	 (401.717)	 (10.681.840)

Bezerros, 31 de Dezembro de 2018


José Leônico de Carvalho Neto
 Presidente


Ana Rebeca de Moraes Pereira
 CRC PE nº 020440/O-5

INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
 CNPJ: 10.072.296/0001-00
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

R\$

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31/DEZ./16 (Nota 3t e 16)	878.364	27.352.547	28.230.911
Ajuste Avaliação Patrimonial			
Ajuste de Exercícios Anteriores		289.754	289.754
Déficit do Exercício		(10.681.840)	(10.681.840)
SALDOS EM 31/DEZ./17 (Nota 3t e 16)		16.960.461	17.838.825
Ajuste Avaliação Patrimonial	(123.207)		(123.207)
Transferencia		(42.892)	(42.892)
Déficit do Exercício		(401.717)	(401.717)
SALDOS EM 31/DEZ./18 (Nota 3t e 16)	(123.207)	16.515.852	17.271.009

Bezerros, 31 de Dezembro de 2018


 José Leônico de Carvalho Neto
 Presidente


 Ana Rebeca de Moraes Pereira
 CRC PE nº 020440/O-5

INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
 CNPJ: 10.072.296/0001-00
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do Período	(401.717)	(10.681.840)
Ajustes por:		
Depreciação	1.403.192	2.002.226
Baixa de Bens do Imobilizado	195.294	264.257
Provisão p/ Contingências	(4.452.979)	3.168.080
Superávit (Déficit) Ajustado	(3.256.211)	(5.247.277)
Aumento (diminuição) nos Ativos Circulantes		
Atendimentos Realizados	(5.807.484)	7.861.005
Adiantamentos a Empregados	330.419	(104.752)
Adiantamentos a Fornecedores	92.186	(813.441)
Tributos a Recuperar	(3.419)	67.325
Outros Valores a Receber	191.138	373.460
Almoxarifado/Material de Expediente	(267.727)	623.559
Aumento (diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores de bens e Serviços	3.120.631	2.226.261
Obrigações com Empregados	2.509.202	2.992.321
Obrigações Tributárias	380.978	27.460
Recursos de Convênios em Execução	3.098.089	594.753
Outras Obrigações a Pagar	8.452.931	901.131
Total Aumento (Diminuição) contas do Circulante	12.096.945	14.749.083
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS/NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>8.840.735</u>	<u>9.501.806</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Bens e Direitos do Imobilizado e Intangível	(1.363.812)	(1.427.042)
Aquisição de Direitos de Créditos a Receber	(3.386.242)	(16.058.322)
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.750.054)	(17.485.364)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de Empréstimos	(1.025.307)	4.834.048
Avaliação Patrimonial	(166.100)	-
Outras Fontes de Financiamentos	(3.849.033)	4.951.487
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(5.040.440)</u>	<u>9.785.535</u>
(DIMINUIÇÃO)AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES	<u>(949.759)</u>	<u>1.801.977</u>
	<u>(949.759)</u>	<u>1.801.977</u>
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 1º DE JANEIRO	9.043.506	7.241.528
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	8.093.747	9.043.505

Bezerros, 31 de Dezembro de 2018


 José Leônicio de Carvalho Neto
 Presidente


 Ana Rebeca de Moraes Pereira
 CRC PE nº 020440/O-5

INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA tem por finalidade colaborar com o desenvolvimento dos municípios de Bezerros e Jaboatão dos Guararapes – PE, para melhoria da condição de vida de sua população e de outros municípios, sem distinção de raça, cor, religião, opinião política e condição social, sempre protegendo a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice e até onde lhe permitir suas finanças.

O Instituto atua na prática da caridade e beneficência no campo da promoção da saúde e da assistência social da pessoa humana, atuando nas áreas de assistência médico-hospitalar e ambulatorial e de reabilitação física e assistência social, educacional, abrigos para idosos, escolas, bibliotecas, museus, periódicos, centros de capacidade e faculdades.

O Instituto poderá, ainda, criar, onde e como achar conveniente, estabelecimentos, departamentos, ou mesmo, outras entidades com personalidade jurídica própria e com finalidades assistenciais iguais, semelhantes ou não às previstas acima.

O Instituto mantém as seguintes Instituições:

- Na Área de Saúde:
Hospital Memorial Guararapes;
Hospital Memorial Jaboatão;
Hospital Jesus Pequenino;
Centro de Diagnostico do Agreste;
- Na Área Educacional:
Centro de Ensino Experimental Escola Técnica do Agreste

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/Dez./2018 e 31/Dez./2017 foram preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologadas pelos órgãos competentes e estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como se trata de uma Entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do déficit do exercício, demonstração das mutações do patrimônio social e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa. Dos princípios contábeis, foi adotado na elaboração das demonstrações contábeis a que segue:

O Instituto mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Sped Contábil" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil do Instituto é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". O Instituto mantém em boa ordem a documentação contábil.

B. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

C. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

D. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressalta-se:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A apuração é feita segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 o IAAL apresentou déficit de R\$ 401.717 enquanto que em 2017 o déficit foi de R\$ 10.681.840.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos ao insignificante risco de mudança de valor.

c) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS SEM RESTRIÇÃO

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, calculados até a data do balanço.

Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição	2018	2017
POUPANÇA BRASIL - 1643-8 AG C/C 14.728	916	916
APL BRADESCO FICFI AG 2530 CC 7298 B	25.257	14.094
APL FIC GIRO CEF - AG 2192 C/C 627-6	-	3
APL BRADESCO AG 2530 - CC 8490-5 CD	1.522	-
APL CAIXA AG 0045 CC 3364-2	60	88.597
APL CEF 0045 CC. 3667-6	10	10
APL INVESTI PLUS BRADESCO C/C 397-2	32.912	-
APL BB 6471-8 RENDA FIXA 500	-	558
APL BB 15043-6 RENDA FIXA LP 100	23.239	22.762
APL BB - AG 1837-6 CC 7725-9	104.617	2.046.252
APL SANTANDER - AG 1036 CC 13.000434-0	85.946	329.870
APL BB - AG 1837-6 CC 25.490-8	745.870	2.132.062
APL SANTANDER - AG 1036 - CC 13.000220	45.853	213.535
APL CEF-AG 2192 CC 50-2	10	435
APL CEF 50-2 FIC PREMIUM RF	135.136	161.092
APL BB AG1837-6 CC 55697-1	161.741	156.172
APL CEF AG 0045 CC 3893-8	17	44.883
APLIC. 55.743-9	126.652	96.421
APLIC. 57.510-0	61	26.548
3595-5 APL	-	103.008
3689-7 APL	40.183	51.779
3572-6 APL	173.383	254.071
APL BB 15043-6 RENDA FIXA LP 500	23.867	23.153
APL CEF 627-6 FI MEGA	1.033.920	1.179.294
APLIC. CAIXA AG. 0045 3941-1	8.767	-
APLIC. CAIXA AG. 0045 3940-3	61.962	-
APL AG 1031 CC 30459-3	240.503	570.324
Totais	3.072.403	7.515.838

d) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS COM RESTRIÇÃO

Estão demonstradas ao custo de aplicação decorrentes de contratos de Convênios com o Ministério da Saúde, acrescido dos rendimentos correspondentes, calculados até a data do balanço.

Aplicações Financeiras - Recursos Com Restrição	2018	2017
APL BB-AG 1837-6 CC 41.229-5	89.667	89.924
APL BB-AG 1837-6 CC 46.596-8	2.039	1.998
POUPANÇA CEF - AG 0923 CC 14527-0	4	4
APL BB AG 1837-6 CC 54294-6	352.210	336.647
APL BB AG 1837-6 CC 54145-1	805.703	769.673
APL CEF AG0045 CC 3596-3 CONVENIO 834	86.010	158.062
APL BB AG. 1837-6 CC 95.490-X	1	66.389
APL BB C/C 60.800-9	3.604.429	-
APL CEF 1580-1 CONVENIO 10/2014 COOP	10	10
Totais	4.940.072	1.422.708

e) ATENDIMENTOS REALIZADOS

Os atendimentos realizados são registrados pelo valor faturado.

f) OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os ativos circulantes, quando aplicáveis, estão atualizados e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

g) CRÉDITOS A RECEBER DE TERCEIROS

São reconhecidos inicialmente pelo valor original, incorridos até a data do balanço.

h) ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, e não superam o valor de mercado. A provisão para desvalorização dos estoques será constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

i) IMOBILIZADO

O imobilizado do IAAL é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com convênios para os quais possui documentos de cessão de uso.

A partir do exercício de 2016 as depreciações estão sendo calculadas por espécie de bens, na sua maioria de acordo com a expectativa de vida útil remanescente revisada, de acordo com os Pronunciamentos Contábeis CPC 27 e ICPC 10.

j) INTANGÍVEL

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

k) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

m) OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados inclusive as provisões de férias e 13º salário e os encargos incidentes respectivamente, até a data do balanço.

n) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Os empréstimos entre as entidades congêneres são reconhecidos no recebimento dos recursos, conforme a necessidade dos mesmos. Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras estão mensurados pelo valor de custo e ajustados de acordo com cláusulas contratuais da incidência de encargos financeiros.

o) CONVÊNIOS MINISTÉRIO DA SAÚDE

Os recursos recebidos dos convênios cujas condições estabelecidas nos contratos não foram ainda atendidas ou cujas despesas correspondentes ainda não incorreram, são transferidas para outras obrigações no passivo, e o seu reconhecimento na receita no resultado do exercício ocorre na proporção em que as despesas correspondentes incorrem. O reconhecimento na receita quando o recurso do convênio for utilizado para aquisição de ativo imobilizado, ocorrerá de forma linear e sistemática no mesmo valor e no mesmo momento do reconhecimento da despesa de depreciação desse bem no resultado.

p) OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os passivos circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, incluem os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço, quando aplicável.

q) PROVISÃO CONTINGÊNCIAS

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias

reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos. As provisões reconhecidas não possuem garantias vinculadas.

r) SUBVENÇÕES A REALIZAR

Uma subvenção é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. As subvenções para investimentos estão sendo apropriados no resultado na mesma proporção das despesas com depreciação dos equipamentos vinculados ao investimento realizado.

s) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados, acrescido do resultado do exercício ocorrido.

4. ATENDIMENTOS REALIZADOS

Origem	2018	2017
CONVENIOS	6.228.039	3.561.340
SUS	17.568.250	14.424.688
CARTOES DE CREDITO	198.404	201.181
Total	23.994.693	18.187.209

5. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Descrição	2018	2017
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HMG	311.786	344.547
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HMJ	467.658	331.977
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HJP	476.583	163.238
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - CEEETA	12.145	8.645
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - CDA	10.989	522.941
Total	1.279.161	1.371.347

6. CRÉDITOS A RECEBER DE TERCEIROS

Descrição	2018	2017
Créditos a Receber Instituto Guararapes de Assistência	-	350.000
Créditos a Receber Instituto Pernambucano de Assistência a Saúde	5.625.968	5.023.734
Créditos a Receber Humanize	154.302	65.055
Secretaria Municipal de Saúde - Jaboão dos Guararapes	7.966.871	9.204.426
Total	13.747.140	14.643.215

Em 23/11/2017 foi celebrado um acordo conforme o ofício 790/IAAL/2017 entre o IAAL e a Secretaria Municipal de Saúde do Jaboatão dos Guararapes referente aos recebíveis do HMG no valor de R\$ 6.037.170 e HMJ no valor de R\$ 4.462.609 totalizando o valor de R\$ 10.499.779, deste montante ficou retido como garantia real das execuções judiciais em que o Município litiga com este Instituto o valor de R\$ 4.521.223, restando o saldo de R\$ 5.978.555 a ser pago em 60 parcelas iguais de R\$ 99.642,59 no vigésimo dia de cada mês a partir de dezembro/2017.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	2018	2017
SUBVENÇÕES A RECEBER - HMG	990.605	4.590.605
SUBVENÇÕES A RECEBER - HMJ	200.000	200.000
APL CEF AG 0045 CC 3688-9	544.988	539.110
Total	1.735.593	5.329.715

8. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total de imobilizado, era composto da seguinte forma:

Descrição	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Ajustes Patrimoniais	Transferências	Saldos em 31/12/2018
TERRENOS	470.000	-	-	-	-	470.000
EDIFICAÇÕES	3.506.392	-	-	-	-	3.506.392
INSTALAÇÕES	76.125	-	-	-	-	76.125
BENFEITORIAS	-	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	6.085.284	398.742	(2.490)	-	-	6.481.536
INSTRUMENTAL CIRURGICO	557.300	62.351	-	-	-	619.651
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.752.073	190.566	(35.804)	-	-	1.906.834
MOVEIS, MAQUINAS E UTENSILIOS	3.154.056	165.783	(37.000)	-	-	3.282.839
VEICULOS	711.222	161.350	-	-	-	872.572
EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS	689.112	20.236	(120.000)	-	-	589.348
IMOBILIZADOS EM ANDAMENTO	366.734	-	-	-	-	366.734
FERRAMENTAS	5.182	924	-	-	-	6.106
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	177.149	8.167	-	-	-	185.316
Total dos Bens	17.550.628	1.008.118	(195.294)	-	-	18.363.452
(-) Depreciação Acumulada	(9.954.498)	(1.012.849)	-	-	-	(10.967.347)
Total do Imobilizado sem Restrição	7.596.130	(4.731)	(195.294)	-	-	7.396.105

Descrição	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Ajustes Patrimoniais	Transferências	Saldos em 31/12/2017
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	2.837.598	254.903	-	-	-	3.102.501
INSTRUMENTAL CIRURGICO	168.850	-	-	-	-	168.850
MOVEIS, MAQUINAS E UTENSILIOS	235.700	11.000	-	-	-	246.700
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	143.202	12.844	-	-	-	156.046
EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS	171.245	-	-	-	-	171.245
Total dos Bens	3.556.595	288.746	-	-	-	3.845.342
(-) Depreciação Acumulada	(705.596)	(385.182)	-	-	-	(1.090.778)
Total do Imobilizado com Restrição	2.851.000	(96.436)	-	-	-	2.754.564

Total do Imobilizado	10.447.129	(101.167)	(195.294)	-	-	10.150.669
-----------------------------	-------------------	------------------	------------------	---	---	-------------------

No exercício de 2016 a Entidade contratou consultoria especializada na avaliação de ativos imobilizados, sendo emitido laudo de avaliação datado de 30/jun./16, para seu conjunto de bens integrantes do ativo imobilizado, exceto Terrenos e Edificações.

A empresa contratada procedeu ao levantamento físico dos bens, exceto Terrenos e Edificações, efetuou o registro de tombamento dos referidos bens, sua individualização, descrição para implantação do controle físico no sistema de patrimônio. Também foi feita a avaliação de vida útil remanescente para fixação das taxas de depreciação, em conformidade com a NBC TG 1000 de que trata também a ITG 10.

Os bens do ativo imobilizado estão sendo depreciados de acordo com taxas de depreciação fixadas pelo prazo de vida útil remanescente.

9. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Descrição	2018	2017
Fornecedores de Serviços PF	238.612	189.467
Fornecedores de Serviços PJ	5.811.050	2.649.008
Fornecedores de Materiais	3.620.049	3.710.605
Total	9.669.711	6.549.080

10. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Descrição	2018	2017
Salários a Pagar	5.209.959	3.458.346
Provisão de Férias	5.524.107	4.821.254
Provisão de Encargos s/ férias e 13º salário	441.531	386.795
Total	11.175.597	8.666.395

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2018	2017
Obrigações Tributárias HMG	1.027.657	858.167
Obrigações Tributárias HMJ	897.574	581.192
Obrigações Tributárias HJP	86.783	127.919
Obrigações Tributárias CEEETA	144.679	205.331
Obrigações Tributárias CDA	3.214	6.320
Total	2.159.907	1.778.929

12. CONVÊNIOS MINISTÉRIO DA SAÚDE

Descrição / Unidades	2018	2017
CONVENIO 19451 MS FNS CONTA BB 41.22 - HMG	93.293	89.924
CONVENIO 19051 MINISTERIO DA SAUDE - HMJ	126.622	96.329
CONVENIO 753479 - HMG	240.504	570.324
CONVENIO 814882 - HMG	352.210	336.647
CONVENIO 541451 - HMJ	805.703	769.673
CONVENIO CEF 14527-0 - HMJ	4	4
CONVENIO MINISTERIO DA SAUDE - HJP	209.170	209.170
CONVENIO 826134 - HMG	161.741	156.172
CONVENIO 834023 - HMG	81.110	153.162
CONVENIO 836539 - HMJ	40.183	51.779
CONVENIO 834019 - HMJ	-	103.008
CONVENIO 804519 - HMG	3.604.429	-
CONVENIO 834022 - HMJ	173.383	254.071
Total	5.888.352	2.790.263

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Os saldos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras estão demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	TIPO	EM 31/dez./18		EM 31/dez./17	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Economica Federal	Leasing	3.338.046	10.012.331	3.230.353	12.921.414
(-) Juros sobre empréstimos	Leasing	(1.230.353)	(3.145.330)	(1.230.353)	(4.921.414)
Saldo a pagar		2.107.692	6.867.001	2.000.000	8.000.000
Outros		81.810	-	81.810	-
Total		2.189.502	6.867.001	2.081.810	8.000.000

O empréstimo está sujeito a juros de 1,65% a.m., com 60 parcelas a pagar e vencimento final para 10/11/2022. Foi oferecido em Garantia: Aplicação financeira vinculada e créditos recebíveis de convênios do SUS.

14. SUBVENÇÕES A APROPRIAR E A LIBERAR

Descrição	2018	2017
Subvenções a Apropriar HMG	1.734.793	1.915.975
Subvenções a Apropriar HMJ	1.113.872	1.181.761
Total	2.848.664	3.097.737

Descrição	2018	2017
Subvenções a Liberar HMG	990.605	4.590.605
Subvenções a Liberar HMJ	200.000	200.000
Total	1.190.605	4.790.605

15. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

Unidades	2018	2017
Hospital Memorial Guararapes	756.521	4.867.067
Hospital Memorial Jaboatão	735.673	1.079.026
Hospital Jesus Pequenino	30.000	42.080
Centro de Ensino Experimental Escola Técnica do Agreste	13.000	-
Total	1.535.194	5.988.173

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é composto pelos valores de constituição do Instituto acrescido dos Déficit/Superávits Acumulados e do Déficit do exercício.

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31/DEZ./16 (Nota 3t e 16)	878.364	27.352.547	28.230.911
Ajuste Avaliação Patrimonial			
Ajuste de Exercícios Anteriores		289.754	289.754
Déficit do Exercício		(10.681.840)	(10.681.840)
SALDOS EM 31/DEZ./17 (Nota 3t e 16)		16.960.461	17.838.825
Ajuste Avaliação Patrimonial		(123.207)	(123.207)
Transferencia		(42.892)	(42.892)
Déficit do Exercício		(401.717)	(401.717)
SALDOS EM 31/DEZ./18 (Nota 3t e 16)		16.392.645	17.271.009

17. RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO

Receitas Operacionais com Restrição - Programa (Atividades) de Saúde	2018	2017
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	23.854	23.854
Total	23.854	23.854

18. RECEITAS OPERACIONAIS SEM RESTRIÇÃO

Receitas de Serviços Prestados sem Restrição	2018	2017
SUS	91.191.668	86.055.726
ATENDIMENTOS PARTICULARES	20.326.031	13.427.323
EDUCACIONAIS	880	12.720
Total	111.518.579	99.495.769

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS COM PROGRAMAS (ATIVIDADES)

Programa (Atividades) de Saúde	2018	2017
Medicamentos	5.209.738	4.311.684
Nutrição/Alimentar	4.351.896	3.403.083
Materiais Diversos	12.345.910	10.818.391
Salário e encargos produção	45.556.528	38.910.103
Total	67.464.071	57.443.261

Programa (Atividades) de Educação	2018	2017
Despesas Operacionais	1.951	2.489
Salário e encargos produção	289.296	309.371
Total	291.247	311.861

20. DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

Unidades	2018	2017
Despesas c/ serviços de terceiros - HMG	5.092.923	5.097.089
Despesas c/ serviços de terceiros - HMJ	7.155.863	5.066.575
Despesas c/ serviços de terceiros - HJP	3.814.671	3.102.267
Despesas c/ serviços de terceiros - CEEETA	26.015	88.067
Despesas c/ serviços de terceiros - CDA	3.960	73.755
Total	16.093.432	13.427.753

21. PROVISÕES TRABALHISTAS E PROCESSUAIS

Descrição	2018	2017
Provisão de 13º salário e encargos	4.168.218	4.812.765
Provisão de férias e encargos	5.687.944	5.654.227
Provisão processos judiciais	596.486	3.182.353
Total	10.452.649	13.649.346

22. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2018	2017
RECEITAS - DESCONTOS OBTIDOS	290.673	228.652
RECEITAS - CONVÊNIOS C/ FACULDADES PARTICULARES	1.448.442	518.592
RECEITAS - VENDA FOLHA DE PAGAMENTO AO BANCO SANTANDER	-	500.000
RECEITAS - ALUGUEIS	272.309	276.380
RECEITAS - VENDA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO	2.200	42.402
RECEITAS - ATUALIZ. PERDCOMP'S PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO	-	51.352
DESPESAS - CUSTAS PROCESSOS JUDICIAIS	(78.704)	(257.052)
DESPESAS - DEVOLUÇÃO AO MINISTERIO DA SAUDE		(123.090)
DESPESAS - ENERGIA ELETRICA	(2.111.194)	(2.006.989)
DESPESAS - AGUA E ESGOTO	(63.119)	(92.783)
DESPESAS - TELEFONE/INTERNET	(188.155)	(258.633)
DESPESAS - PCLD E PERDAS NOS RECEBIMENTOS	(2.087.903)	(4.742.459)
DESPESAS - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	(171.965)	
DESPESAS - LICENÇA DE SOFTWARE	(266.406)	(145.443)
DESPESAS - DOAÇÕES EFETUADAS	(48.335)	(66.269)
DESPESAS - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(86.021)	(170.276)
DESPESAS - IPTU	(143.982)	(133.695)
DESPESAS - SEGUROS	(139.087)	(37.027)
DESPESAS - VIAGENS E ESTADIAS	(68.863)	(65.492)
DESPESAS - COMBUSTIVEIS	(199.164)	(76.607)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	(2.603.324)	(277.030)
Total	(6.242.596)	(6.835.466)

23. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto nº. 7.237/10 e artigo 9º item 1 c. da Portaria do MS 1.970/11, o Instituto cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.

24. COBERTURA DE SEGUROS

O Instituto mantém cobertura de seguro contra sinistro para os bens do Ativo Imobilizado no valor de até R\$ 20.000.000,00.

25. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

O INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA é uma entidade filantrópica de direito privado, sem fins não econômicos, com sede e foro no município de Bezerros, que tem como atividade a prestação de serviços na área de saúde e educação, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

26. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

27. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 71010.003585/2006-42 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social.

Para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº. 12.101/09 cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;

28. OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa de débitos relativos aos Tributos federais e a dívida ativa da união aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- O certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS encontra-se em situação regular;

- Mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor.

Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea “d”) e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea “C”). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos.

29. ATENDIMENTOS, ISENÇÕES E GRATUIDADES.

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo decreto nº 8.242/13 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 76,10%. O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na aérea de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS.

A. DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTOS

ORIGEM	INTERNAÇÃO 2018		AMBULATÓRIO 2018		TOTAL 2017	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
SUS	102.624	80,87%	83.605	65,25%	219.626	76%
OUTROS ATENDIMENTOS	24.282	19,13%	44.520	34,75%	68.974	24%
TOTAL	126.906	100%	128.125	100%	288.600	100%

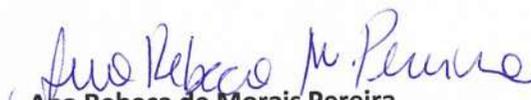
B. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Origem	Base de Cálculo	Isenção (Cota Patronal/RAT/SAT/Terceiros) *	Período
INSS Cota Patronal	60.769.733	16.893.997	2018
	42.092.659	11.701.759	2017
Origem	Base de Cálculo	Isenção	Período
COFINS s/ Receitas	112.507.262	3.375.218	2018
	99.584.641	2.987.539	2017
Origem	Base de Cálculo	Isenção	Período
PIS s/ Folha de Pagamento	60.769.733	607.697	2018
	56.500.327	565.003	2017

* CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS:

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais
- RAT/SAT (2%)
- TERCEIROS (5,8% - Saúde) e (4,50% Educação e Social)
- COFINS (3%)
- PIS (1%)


José Leônicio de Carvalho Neto
Presidente


Ana Rebeca de Moraes Pereira
Contadora – CRC PE 020440/O-5